

A Metáfora da Escravidão nas *Metamorfoses*, de Lúcio Apuleio.

Orientanda: Suiany Bueno Silva, Orientadora: Luciane Munhoz de Omena

[suianybs@hotmail.com](mailto:suianybs@hotmail.com), [lucianemunhoz34@gmail.com](mailto:lucianemunhoz34@gmail.com)

Faculdade de História: Universidade Federal de Goiás, 74001-970, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Escravo, Poder, Negociação.

## 1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa encaminhou-se no sentido de compreender a temática referente à metáfora da escravidão, na obra literária *O Asno de Ouro* (também chamada de *Metamorfoses*), de Lúcio Apuleio, sob a perspectiva das microrelações de poder proposta por Michel Foucault. Estas relações estabelecem-se entre agentes inferiores e superiores e, portanto, são pensadas a partir dos micropoderes, isto porque o poder não é uma via de mão única, é uma prática e se estabelece por um mecanismo em que todos os agentes atuam e sentem seus efeitos. Seus variados dispositivos se articulam e se exercem em níveis diferentes da sociedade (FOUCAULT, 1986).

Diante destas questões compreendemos que os escravos não apenas sofriam o poder, mas articulavam e negociavam em seus espaços de sociabilidades. Tais relações de poder podem ser vislumbradas em *O Asno de Ouro*, que narra as aventuras do protagonista Lúcio, o qual, metamorfoseado em asno, representava simbolicamente a metáfora da escravidão (vivencia situações semelhantes aquelas sofridas pelos escravos, como os trabalhos forçados, embora em certas situações articulava com seus senhores); temos também a narrativa de Fótis, escrava de Panfília (Livro II e III) que através de um jogo de sensualidade procurava angariar vantagens, como tornar-se concubina e até mesmo obter a liberdade; por fim, analisamos a narrativa de Mimércio, escravo de Bárbaros (Livro IX), que negocia com o personagem Filésitero para a obtenção de moedas de ouro.

Trata-se de compreender aqui que, mesmo os escravos encontrando-se, juridicamente, em condições de inferioridade, revelavam-se como indivíduos ativos que trabalhavam em seus ofícios com empenho e inteligência, mostravam-se, pois, hábeis em várias atividades (SCHIAVONE, 2005; OMENA, 2009); não viviam somente à sombra de seus senhores, e tão pouco numa relação de mando e obediência, pelo contrário, criavam táticas através das quais procuravam obter benefícios em seu favor, ou seja, negociavam e articulavam em seus espaços de sociabilidade, a saber: o espaço do trabalho cotidiano.

Desta forma, ao trabalharmos a metáfora da escravidão em *O Asno de Ouro*, buscamos compreendê-la não como um estágio da História que deve ser suplantado, mas sim como uma característica que teve sua relevância na sociedade romana. Objetivamos ver o escravo como um indivíduo que faz parte da sociedade, e, além disso, compreender a escravidão e as relações de poder entre senhores e escravos, como pertencentes às estruturas sociais das províncias romanas do século II d.C.

## 2 OBJETIVOS

O objetivo geral de nossa pesquisa é compreender, através do discurso apuleiano, os escravos como indivíduos atuantes, que não viviam à sombra de seus senhores, pois, dentro dos espaços frequentados pelos escravos, estabeleciam-se as relações destes com seus senhores, ou seja, notamos a constituição das negociações e dos conflitos de articulação de poder (OMENA, 2009). Para tanto, percebemos tais relações de poder em diversos âmbitos, os quais denominamos de espaços de sociabilidades dos escravos, que correspondiam a ambientes de atuação do escravo, como, por exemplo, a *domus* do senhor, geralmente locais em que o escravo praticava seu ofício.

Enquanto objetivos específicos têm-se primeiramente a compreensão da maneira pela qual o protagonista se relaciona com os escravos antes de sua metamorfose em asno. Sua relação com a escrava Fótis vai se delinear por um jogo de interesses: Lúcio objetivava ter contato com as artes mágicas; enquanto Fótis, através do uso da sensualidade, tencionava mudar de *status* social, passar da condição de escrava para a de *libertus*, estabelecendo com Lúcio uma possível relação marital.

O segundo objetivo se direciona na compreensão das práticas mágicas como um dispositivo de poder que favorece a atuação de Fótis. A escrava, tendo conhecimento mágico, devido sua proximidade com sua senhora Panfília, e sabendo da curiosidade de Lúcio, utilizava a magia juntamente com seu próprio corpo como veículos de poder e ascensão social. A narrativa de Fótis é imprescindível para compreendermos os escravos como indivíduos atuantes, que tendo em vista sua sobrevivência e benefícios em seu favor, articulavam e negociavam em seus espaços do cotidiano.

Outro aspecto é observarmos os ofícios que os escravos realizavam: temos para esta compreensão a narrativa de Fótis e a do escravo Mimércio, através das quais ressaltamos que os escravos inseridos no espaço urbano tinham ofícios diferentes dos realizados por Lúcio-Asno, o qual se encontrava no ambiente rural e realizava trabalhos mais penosos e

forçados. Nesse sentido, os escravos urbanos tinham maiores possibilidades de mobilidade social, isto é, tanto Fótiis quanto Mimércio tinham acesso fora da *domus*, seus ofícios não se restringiam aos afazeres domésticos: auxiliavam seus senhores em serviços de confiança.

Por último, cabe acrescentar que analisamos a metáfora da escravidão através do personagem Lúcio que, após se transformar em asno, vivencia situações semelhantes àquelas dos escravos, ou seja, Lúcio-Asno representava simbolicamente a metáfora da escravidão. Através dessa análise, compreendemos o discurso normatizador da escravidão presente na narrativa apuleiana, o qual é direcionado através da perspectiva de articulações e negociações entre o senhor e o escravo, pois os escravos, na fonte em questão, não só sofriam a ação do poder, mas também o exerciam. Vale ressaltar que nossos objetivos serão discutidos de modo detalhado no tópico referente aos resultados.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida em torno de cinco principais conceitos: o poder, a representação social, a metáfora, memória individual e a magia enquanto dispositivo de poder. Em torno destes cinco conceitos procuramos compreender a temática da escravidão e as relações de poder estabelecidas entre senhor e escravo. As relações de poder são mecanismos em que todos os agentes atuam e sentem seus efeitos, articulam-se e se exercem em diferentes níveis da sociedade (FOUCAULT, 1986). De acordo com Georges Balandier, o poder<sup>1</sup> é um dispositivo destinado a produzir os efeitos desejados, pois, segundo o etnólogo, o poder estabelecido unicamente sobre a força e sobre a violência teria uma existência constantemente ameaçada (BALANDIER, 1982: 6-7). Compartilham desta mesma ideia Hannah Arendt (ARENDR, 2003) e Michel Foucault, que compreendem o poder não somente pela relação de mando, obediência e violência. Entretanto, Michel Foucault pensa o poder como relação de força, como conflito. A autora, ao contrário, afirma que o poder desenvolve-se por meio de uma relação de consentimento.

Nesse sentido, compreendemos, por um lado, que as relações de força entre senhor e escravo se desenvolvem por meio do conflito, uma vez que o poder é exercido tanto pelo senhor quanto pelo escravo, não sendo uma via de mão única, haja vista que é a

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que Balandier define o poder pensando-o no âmbito político e institucional. Contudo, a forma como o autor o define me auxilia a pensar as relações de força estabelecidas entre senhor e escravo, haja vista que ambos têm por finalidade alcançar os efeitos desejados, conforme se verá no decorrer da argumentação do texto.

capacidade de articulação de desejos e interesses de ambos os agentes sociais que determina o tipo de relação que será estabelecida. O senhor, tendo o direto sobre seu escravo, podia decidir seu destino, procurava exercer o seu poder de amo conforme lhe convinha, dando-lhe maior ou menor autonomia. Por outro lado, estas relações sociais de poder também se davam por meio do consentimento, o qual se expressava pela busca de uma relação harmoniosa do senhor com o escravo, desenvolvida pela prática de benefícios. Esta interação harmoniosa “era um instrumento imprescindível de constituição e ordenamento social, pois, humanizava as relações entre os agentes sociais.” (OMENA, 2009: 117).

A discussão sobre o conceito de poder nos encaminha para a compreensão do conceito de representação desenvolvido por Erving Goffman, que pode ser entendido através de um aspecto da sociabilidade em que ação dos indivíduos ocorre sob a influência dos outros, e através da influência sobre os outros (GOFFMAN, 2009: 29), a exemplo das microrelações de poder, na qual tanto o senhor quanto o escravo têm suas relações mediadas pela ação e pela influência de um sobre o outro.

O conceito de metáfora, em termos linguísticos, pode ser definido como “uma semelhança entre termos heterogêneos. Ela estabelece uma equiparação entre dois objetos, a despeito de suas diferenças manifestas” (JOLY, 2004: 59). Dito de outra forma, a metáfora pode ser compreendida como um procedimento discursivo de constituição de sentido (FIORIN, 2001: 86). A partir de tal perspectiva, Alain Mons propõe que a metáfora é um transporte e uma fusão de sentido, que combina, às vezes paradoxalmente, a dispersão e o reagrupamento das representações sociais (MONS, 1994: 84). Neste sentido, em nossa interpretação a metáfora possibilita uma constituição de sentido, uma vez que tratamos de representações de condições sociais, qual seja: a dos escravos.

No decorrer de nossa pesquisa procuramos pensar o conceito de memória individual e o de metáfora em conexão, pois a memória individual do narrador-personagem é exercida quando este se encontrava sob a forma de asno; falamos em memória, pois mesmo em tal condição Lúcio-Asno conservava sua razão. Assim, “posto que fosse perfeitamente burro, e um jumento em vez de Lúcio, conservava assim mesmo a inteligência humana.” (Livro III). Compreendemos que a memória individual do personagem é exercitada através da lembrança de seus tempos de cidadão, como também através das observações de suas desventuras ocorrida em cidades gregas de domínio romano, pois o personagem, estando em condição animalizada, distanciava-se do coletivo. Ele guardava a memória de quem é e, antes de tudo, de seu nome (HARTOG, 2004: 26). A memória individual define-se, por assim dizer, como as recordações que se tem de algo, mas sem que o ato de lembrar-se implique em

questões que necessite do outro, do coletivo, embora nossas lembranças, por mais simples que sejam, façam parte do que denominamos de coletividade, pois estamos inseridos em espaços de sociabilidades (HALBWACHS, 2006).

Outro relevante aporte teórico-metodológico que utilizamos para nossa análise é o conceito de magia como um dispositivo de poder. Segundo Weber, a ação magicamente motivada está dirigida para este mundo, é precisamente uma ação que se orienta pelas regras da experiência. Neste sentido, a ação ou o pensamento mágico não podem ser apartados das ações cotidianas (WEBER, 1991: 279), haja vista que a magia é um fenômeno integrante à vida social de uma dada comunidade (CANDIDO, 1999: 257). Além disso, compreendemos que a magia constitui-se como um poder e um saber<sup>2</sup>. Segundo Candido, ela pode ser entendida como um poder específico pelo fato de fazer uso de determinados mecanismos para fazer circular sua mensagem e um saber que ratifica a autoridade de sua fala (CANDIDO, 1999: 258).

Neste sentido, é atribuído ao pensamento mágico a capacidade de produzir sobre a realidade os efeitos desejados (CANDIDO, 1999: 256), tais como a prática mágica utilizada por Fótiis, que tinha por efeito atrair Lúcio, e era pelo exercício da mesma que a escrava mantinha uma relação de confiança com sua senhora Panfília; vê-se aqui a magia como um dispositivo de poder direcionado para alcançar os fins desejados.

Trata-se de práticas que pertencem ao domínio da vontade e do desejo, ou seja, almejam alcançar fins pessoais e privados. São sempre praticadas em segredo, uma vez que são criticadas pelas autoridades romanas, e vistas como ameaças à sociedade<sup>3</sup>, na medida em que se opõem aos ritos públicos, os quais possuem caráter comunitário, pois neles se venera os deuses através de práticas coletivas, tendo-se em vista o equilíbrio e a harmonia da sociedade como um todo.

#### **4 DEBATES**

---

<sup>2</sup> Compreendemos a magia como um poder específico de manipulação das forças naturais, o que pressupõe que o mundo natural é regido por leis específicas e imutáveis, as quais o feiticeiro deve conhecer para atuar no cotidiano. Portanto, nossa concepção é de que a magia só se realiza enquanto ação do saber, haja vista que o feiticeiro deve conhecer leis naturais para exercer poder sobre a vida de outrem.

<sup>3</sup> Compreendemos que as práticas mágicas desligadas dos cultos oficiais provocavam “indignação pública” (Apuleio, *O Asno de Ouro*, Livro I, X), pois constituíam parte do imaginário social. E “através destes imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade elaborando uma representação de si; marca a distribuição dos papéis e das posições sociais; expressa e impõe certas crenças comuns” (BACZKO, 1991). Neste sentido, a feiticeira não era um mero ser abstrato, mas um ser dotado de vida e causador de temores na sociedade (OMENA, 2009: 101), como Panfília e Méroe, as quais “são mal vistas na cidade como dada gente à ciência dos malefícios” (Apuleio, *O Asno de Ouro*, Livro III, XVI).

Procuramos compreender que a escravidão do ponto de vista econômico ou mesmo jurídica não deve ser uma determinante, pois a entendemos, sobretudo, por microrelações de poder (FOUCAULT, 1985). A partir desta perspectiva consideramos os escravos como agentes ativos que atuavam em seus espaços de sociabilidades, isto é, mesmo estando em condições de inferioridade, o escravo não apenas sofria a ação do poder, mas também o exercia. Nossa compreensão distancia-se das questões postas pela historiografia tradicional, que vêem os escravos como um ser passivo, não considerando as negociações de poder que se estabelece no seio da relação senhor-escravo.

Moses Finley prioriza as relações sociais por uma determinante econômica, ou seja, “o processo de escravidão no mundo antigo é interpretado, quase em sua totalidade, como sendo parte essencial da economia”. (OMENA, 2009: 110). Como acentua Joly (2005: 27), o problema destes modelos são as grandes generalizações realizadas, pois não levam em consideração as peculiaridades de cada sociedade, e a maneira como os agentes sociais se relacionavam em cada localidade. O autor em questão propõe que os escravos eram frações de seus senhores, não possuíam qualquer expressão social (FINLEY, 1991). Ademais, a proposta de Finley também elimina a ação individual de escravos contra seus senhores, como se verifica no trecho a seguir:

Mesmo num período de ruptura social e política, a esmagadora maioria dos escravos não teve qualquer ação. Que atos hostis poderiam um escravo efetivamente realizar contra seu senhor? Poderia furtar o que, sem dúvida era freqüente, mas o roubo em pequena escala é tão comum em certos setores de praticamente todas as sociedades conhecidas que é inútil examinar em detalhe esse tema no presente contexto (FINLEY, 1991: 115).

Outro autor que compartilha da mesma interpretação de Finley é Paul Veyne, que pensa os escravos como seres passivos, os quais tampouco sabiam agir e, portanto, são posicionados em uma categoria de “instrumentos falantes”. Para nós o escravo representava muito mais do que uma mercadoria (VEYNE, 1993: 95), isto porque nossa perspectiva de análise é distinta desta interpretação, pois compreendemos as relações entre senhores e escravos por práticas de poderes. Quando Veyne afirma que os escravos eram criaturas sem importância social e inúteis, (VEYNE, 1993: 99) esquece-se de levar em consideração, que os escravos articulavam e negociavam em seu cotidiano, e desta forma buscavam angariar vantagens e se afirmarem socialmente. Neste sentido, compreendemos que os escravos não eram, portanto, apenas ferramentas de uso, como esta historiografia os apontam, mas sim indivíduos atuantes.

Concordamos com Yvon Thébert quando diz que “o escravo é definido essencialmente por antíteses, ou seja, ele é considerado como o negativo do cidadão” (THÉBERT, 1992: 119). Possuem um estatuto jurídico que, no seu conjunto, os priva de sua personalidade, os transforma em objetos que se podem vender ou comprar, os submete à autoridade do senhor, em suma, os identifica por animais domésticos (THÉBERT, 1992: 121), assim como Lúcio-Asno. Todavia, mesmo diante dessas condições de subalternidade, a leitura de nossa fonte nos oferece a ação de escravos, os quais negociavam em seus espaços de sociabilidades, a saber: o espaço do trabalho cotidiano, o qual os escravos exerciam com empenho e inteligência, revelavam-se, pois, hábeis em várias atividades (SCHIAVONE, 2005; OMENA, 2009).

Partimos do pressuposto que a relação entre senhor e escravo não desenvolvia apenas pela noção de mando e obediência: buscava-se uma interação harmoniosa, pois esta “era um instrumento imprescindível de constituição e ordenamento social, pois, humanizava as relações entre os agentes sociais.” (OMENA, 2009: 117). Além disso, ao tratar seu escravo com respeito, o senhor objetivava manter a ordem e suprimir possíveis reações, por exemplo, a recusa de realizar atividades impostas. Como pontua Bradley, os escravos atuavam, mostravam-se resistentes de acordo com o comportamento moral de seus senhores, agiam contra seus amos geralmente para aliviar as punições perpetradas pelos mesmos (BRADLEY, 1994). Outro importante elemento para a manutenção da ordem era a concessão da liberdade, pois dessa forma, conseguia-se a cooperação por parte dos escravos como a possibilidade de tornarem-se libertos.

Ao falar na concessão de liberdade ao escravo, temos de pensá-la sob duas formas. Por um lado, de acordo com Keith Hopkins (1981), com a perspectiva de tornar-se um homem livre (cidadão romano), ainda que carregando a mancha da escravidão, da qual só seus filhos se libertariam plenamente (GUARINELLO, 2006: 332), o escravo dedicava-se ao trabalho e sob o controle e exigências de seu amo, para futuramente obter a tão almejada manumissão. Por outro lado, não existindo somente hostilidade entre escravo e amo, muitos senhores libertavam seus escravos por gratidão e generosidade, pelos trabalhos e fidelidade desenvolvidos no seio da relação senhor-escravo. A liberdade era o maior incentivo para se obter um bom trabalho e, além disso, o ex-escravo, mantendo um laço de respeito por seu patrão, continuava a prestar-lhe serviço, ainda que possuísse tempo para cuidar de si (BRUNT, 1968: 176).

Mesmo sem obter a liberdade, o escravo, em alguns casos, podia exercer funções de responsabilidades e confiança, pois se mostravam como pessoas pensantes com

capacidades e habilidades, e não como coisas bestializadas (HOPKINS, 1981: 153). Como acentua Bradley, o escravo tem ocupações e uma enorme gama de atividades, podiam ser médicos, escritores, secretários, ou ainda tipográficos, barbeiros, jardineiros e padeiros (BRADLEY, 1994). Completando tais discussões, Jean Gaudemet aponta que os escravos tinham inteligência, muitos participaram da vida econômica administrativa, artística ou intelectual (GAUDEMET, 1992), ou seja, “havia uma considerável minoria de escravos que tinham prestígio, poder e influência social nada depreciável” (HOPKINS, 1981: 152-53). Essas discussões nos permitem afirmar que os escravos “não viviam unicamente à sombra de seus senhores, às suas expensas e na espera de suas generosidades. O mundo da província, mais ainda que o da própria Roma conhecia a vida do trabalho cotidiano” (PETIT, 1989: 169).

## 5 RESULTADOS

Em *O Asno de Ouro* as relações entre senhores e escravos podem ser compreendidas através do exercício de poder por ambos os agentes sociais. Ao analisar a narrativa da escrava Fótis, a compreendemos por articulações e negociações que se estabeleciam com Panfília, sua senhora, e com Lúcio, protagonista e amante da escrava. Fótis vivia na *domus* de Milão e Panfília, que era temida na cidade por seus conhecimentos mágicos (Livro II, V), e, como escrava, auxiliava sua senhora na realização dos encantamentos. Tal posição garantia a personagem uma relação de proximidade com Panfília, tendo em vista situações como a metamorfose em ave (Livro II), sendo Fótis a responsável pelo retorno dela a forma humana. A proximidade da escrava com sua senhora se estabelecia igualmente por um conhecimento técnico, a prática da magia, uma vez que Panfília confia a ela seus segredos de magia e a realização dos encantamentos. Assim, quando Fótis diz para Lúcio:

estou tremendo, estou cheia de horror, ao pensar em revelar o que sucede nesta casa, e ao pensar em desvendar os segredos misteriosos de minha ama (...). Trata-se de coisas que neste mundo só eu sei (...). Vais saber dos maravilhosos segredos pelos quais minha ama se faz obedecer dos manes, perturba o curso dos astros, constringe as potências divinas, serve-se dos elementos (Apuleio. *O Asno de Ouro*, Livro III, XV).

Percebe-se que havia uma relação de confiança entre Panfília e Fótis, pois somente a escrava sabia do modo como as operações mágicas eram realizadas, como também a auxiliava na busca dos materiais que seriam utilizados em seus mistérios. Um exemplo desta função pode ser percebida no livro III, quando Panfília, encantada por um jovem Beócio, ordena à Fótis que recolha pedaços do cabelo dele. Reprendida pelo barbeiro, e acusada de



ser feiticeira, a escrava é impedida de realizar a tarefa, e, então, com medo da punição de sua senhora, recolhe pêlos de odres em substituição aos cabelos do jovem rapaz. Compreende-se, a partir desta narrativa, o escravo do ponto de vista de um indivíduo atuante, o qual representa socialmente suas ações com o intuito de não ser punido pelo seu senhor.

Diante desta discussão, compreendemos que um elemento fundamental das relações de poder são os dispositivos de poder. Vejamos, tendo em vista esse preceito, a influência do ambiente da magia e da feitiçaria como meio de favorecer a atuação da escrava Fótis, haja vista que esta se vale da magia como um veículo de ascensão social e como dispositivo para exercer poder sobre Lúcio. A relação entre ambos se estabelece a partir de um recíproco jogo de interesses: Lúcio aproxima-se de Fótis para ter acesso à magia, objeto de sua curiosidade, relacionando-se sexualmente com a bela escrava e, a partir daí procurava saber sobre a arte dos encantamentos; enquanto Fótis aproxima-se dele e utiliza de um jogo de sensualidade e afeto, com a intenção de angariar vantagens, como tornar-se concubina e manter uma relação estável. Lembrando que um liberto tornava-se cidadão e, como isso, poderia estabelecer uma relação marital, a exemplo do concubinato.

Além do uso da magia como dispositivo de poder, Fótis utiliza também o próprio corpo como objeto de sedução, ou mesmo de vestes atraentes, movimentando o corpo e os cabelos, com a pretensão de aproximar Lúcio que, por conseguinte, acaba por não resistir aos encantos da cativa. Mesmo com tal envolvimento, a escrava o alerta: “Olá, estudante, o fruto que furtas é doce e amargo ao paladar. Que a doçura deste mel não se transforme por muito tempo na tua boca em amargo fel.” (Apuleio, *O Asno de Ouro*, II, X). Outro momento que explicita o elemento de sexualidade utilizado por Fótis é na ocasião em que Lúcio a descreve sob o ponto de vista de um atento observador. Citemos *in extenso*:

[Fótis] com suas mãos pequenas, [mexia] a panela, e enquanto acompanhava esse movimento circular com rápidas sacudidelas, fazendo deslizar seus membros com delicadeza, o ligeiro meneio dos rins fazia vibrar docemente a espinha móvel, obrigando-a a ondular com graça (Apuleio, *O Asno de Ouro*, Livro II, VII).

Vê-se nesta passagem que para além da atração de Lúcio por Fótis e do jogo de sensualidade realizado pela escrava para atraí-lo cada vez mais para os fins amorosos, há um elemento evidente, qual seja: a atuação articulada da escrava. Ela utilizava de seu corpo como veículo de poder, ressaltava através deste seu elemento sensual, mostrava-se como agente ativo na relação com Lúcio; fora expressiva, pois soube envolvê-lo a ponto de deixá-lo se caracterizar como seu escravo (Livro III). É a partir da articulação de poder realizada por

Fótiis, dentro de seus espaços de sociabilidade, que esta estabelece relações com seus senhores, ou seja, constituía negociações e conflitos de articulação de poder (OMENA, 2009).

É diante deste relacionamento amoroso de Fótiis com Lúcio que o mesmo teria envolvido com a magia destituída do culto oficial, o que lhe propiciou, por uma falha de Fótiis, a transformação em asno. Tal metamorfose trouxe-lhe inúmeras vicissitudes, permitindo-lhe vivenciar situações semelhantes àquelas sofridas pelos escravos, como, por exemplo, o trabalho no moinho (Livro IX), o carregamento de mercadorias (Livro X), os maus tratos e a própria perda da liberdade e da cidadania; em outros termos, o narrador-personagem representava simbolicamente a metáfora da escravidão. Por representar um escravo, o personagem Lúcio-Asno não tem o direito de ir e vir, não dispõe de seu próprio tempo, sua condição o afastava das atividades públicas, e, por sua subalternidade, era reduzido a espaços privativos, pois o direito de participar das festas cívicas ou religiosas delega-se aos cidadãos, com exceção das Saturnálias<sup>4</sup>. Nesse percurso em que é caracterizado pela metáfora da escravidão, passa a ser excluído do coletivo, sendo assemelhado a um animal bestializado e subalternizado.

Contudo, mesmo diante da sua condição de inferioridade os escravos se relacionavam com seus senhores através do exercício de poder, como podemos observar nos exemplos a seguir, os quais se referem a situações vivenciadas por Lúcio enquanto asno:

Então, vendo-me, bem contra a vontade, levado de volta para a morte que me esperava, lembrei-me do ferimento do casco e me pus a mancar, balançando a cabeça “Ai está”, disse o que me ia levando pela arreata, “começas tu a titubear e a vacilar. Então esses pés carunchados são capazes de fugir, mas não de irem a passo? No entanto, há um momento, tu batias, no galope, a Pégaso, o cavalo alado”. (Apuleio, *O Asno de Ouro*, Livro VI, XXX).

Entretanto, eu esquecera inteiramente minha sagacidade e prudência. Mostrei-me um pouco dócil à aprendizagem do meu ofício. Se bem que, no tempo em que me contava no número dos humanos, tivesse eu visto muitas vezes manobrar assim semelhantes máquinas, fingi que não possuía de tal trabalho nem experiência nem conhecimento, e fazendo-me de estúpido, permaneci imóvel. Esperava, com efeito,

---

<sup>4</sup> Mikhail Bakhtin afirma que no período medieval as formas cômicas “adquirem um caráter não-oficial, seu sentido modifica-se, elas complicam-se e aprofundam-se, para transformarem-se finalmente nas formas fundamentais de expressão da sensação popular do mundo, da cultura popular. É o caso dos festejos carnavalescos no mundo antigo, sobretudo as saturnais romanas, assim como os carnavais da Idade Média que estão evidentemente muito distantes do riso ritual que a comunidade primitiva conhecia” (BAKHTIN, 1999: 5). A partir do exposto acima temos que as festas Saturnálias configuram-se como uma exceção, pois permitem a participação dos escravos, que em relação às outras festas cívicas e religiosas são excluídos. Nessas festas, as inversões tornam-se essenciais na medida em os escravos tornam-se senhores para, ao final, restabelecerem a ordem social. “A ordem e a desordem são como o verso e o reverso de uma moeda, indissociáveis. Dois aspectos ligados dos quais um, à vista do senso comum, aparece como uma figura invertida do outro. Esta inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva, ele pode ser utilizada para reforçá-la. Ela faz a ordem com a desordem, assim como o sacrifício faz a vida com a morte, a “lei” com a violência apaziguada pela operação simbólica.” (BALANDIER, 1982: 41).

que, julgando-me inepto e inútil para essa espécie de serviço, me empregassem em qualquer outro trabalho, de qualquer maneira menos penoso (Apuleio, *O Asno de Ouro*, Livro IX, XI).

Ao analisarmos as passagens acima, podemos perceber os escravos como indivíduos atuantes, que não viviam à sombra de seus senhores. A partir daí compreendemos que ao titubear e vacilar em relação aos trabalhos forçados, Lúcio-Asno demonstra que não é um ser passivo, pelo contrário, reage contra essa coação a qual é submetido. Nas citações evidencia-se a articulação de poder diretamente relacionada ao momento em que o protagonista negocia sua situação, quer dizer, ao ser mostrar menos astucioso e menos prudente, demonstra não saber realizar o ofício ao qual é destinado, e, dessa forma, Lúcio-Asno busca angariar vantagens, como realizar ofícios que não sejam penosos.

A partir da perspectiva de atuação dos escravos é que consideramos que os mesmos utilizavam-se da estrutura doméstica, ou seja, do espaço de seu trabalho, para angariar vantagens, tal como fez o escravo Mimércio (Livro IX). Este é escravo de Bárbaro, decurião romano, chamado ironicamente de Escorpião, que enclausurava em casa sua bela esposa Aretéia, nobre por nascimento. Filesítero é um famoso adúltero, que sabendo da viagem de Bárbaro prepara-se para os combates amorosos com Aretéia. Para tal objetivo ser alcançado, Filesítero tem de comprar o escravo Mimércio com ouro. Este, levado pelo brilho das moedas, aceita a negociação e, com isso, desrespeita as ordens de seu senhor, pois segundo o discurso apuleiano, os homens são compráveis, são corruptivos. Citemos *in extenso*:

Sabendo bem que a fidelidade humana é coisa frágil, que não há obstáculo para o dinheiro e que se vê o ouro forçar até portas de aço, aproveitou o momento em que Mimércio estava sozinho, contou-lhe de seu amor e suplicou-lhe remédio para o seu tormento, pois sua resolução estava tomada: decidirá recorrer à morte pronta, senão possuíse logo o objeto de seus desejos. (Apuleio. *O Asno de Ouro*, Livro IX, XVIII)

Diante de tal situação Mimércio estremeceu de horror ao pensar na possibilidade de infligir a ordem de seu senhor, mas o brilho das moedas de ouro lhe chamava mais a atenção, mantinha em seu pensamento o opulento lucro que viria a obter e tudo mais que poderia realizar com as moedas. O escravo estava dividido entre duas ideias contrárias: de um lado a fidelidade, do outro o lucro, mas a fragilidade humana falou alto e Mimércio foi vencido pelo brilho das moedas (Livro IX, XIX).

Compreendemos, através dessa narrativa, que o escravo não é um ser passivo ou um mero instrumento de trabalho, mas um ser que age tendo em vista sua própria sobrevivência e benefícios em seu favor. Mimércio utiliza-se de seu poder naquele momento

para receber, em troca de seu “descuido”, as moedas de ouro. Ora, o escravo exercia poder em relação ao amante (Filesítero) e seu senhor, pois ambos sofriam a ação dele. O amante para ter seu prêmio, Aretéia, foi obrigado a desembolsar moedas, enquanto o senhor tem suas ordens descumpridas e, por isso, seu lar foi violado pela infidelidade da esposa e do escravo. Percebe-se, nessas relações, processos de negociações e articulação de poder no ambiente doméstico, e nem contamos com a ação sofrida por Aretéia, que dependia quase que totalitariamente do escravo para conseguir sua liberdade rumo aos amores com Filesítero.

Tais negociações entre senhor e escravo, delineadas por Bárbaro e Mimércio, resultam da possibilidade do escravo partilhar de maneira parcial da intimidade e da confiança de seu senhor como um meio de obter melhores condições como, por exemplo, conquistar sua liberdade ao sair da *domus*. É fora dela que mantém contato com Filesítero, através de sua relativa liberdade conquistada por sua intimidade com seu senhor, fato que lhe abre o campo de possibilidades de negociar e angariar benefícios através das moedas de ouro e, com elas, adquirir sua liberdade e uma nova posição social, a de *libertus*.

Importante destacarmos que nos casos acima analisados os escravos Fótis e Mimércio encontravam-se inseridos no espaço urbano; neste espaço podiam ser treinados em ofícios específicos (a exemplo de Fótis que por intermédio de sua senhora, lidava com as praticas mágicas, os encantamentos) e trabalhar na residência de seu senhor, ganhando até mesmo sua confiança. Os escravos urbanos tinham maiores possibilidades de sair da *domus* de seu senhor, fato que lhes permitia alcançar um espaço de sociabilidade muito maior do que o escravo rural (o qual realizava serviços mais penosos, tais como os de Lúcio-Asno aqui analisados). Era ao sair para além do ambiente doméstico que Fótis auxiliava sua senhora, com a obtenção de materiais para a realização dos encantamentos, conhecia o ambiente urbano ao qual estava inserida, não se restringia aos afazeres domésticos, embora o espaço da cozinha fosse o espaço de poder utilizado por ela para envolver Lúcio no intuito dos fins amorosos.

Destarte, ressaltamos que o discurso normatizador da escravidão presente na narrativa apuleiana está direcionado com a perspectiva de articulações e negociações entre o senhor e o escravo, pois, tanto Fótis quanto Mimércio realizavam os serviços que são próprios de suas condições de escravos, mas partilhavam da confiança de seus senhores, isto é, articulavam nos espaços em que estavam inseridos; ou mesmo Lúcio-Asno, que ao sofrer com os trabalhos penosos e os constantes maus-tratos não deixa de reagir diante de situações ameaçadoras, como a de castração e de morte. Diante destas questões, compreendemos que a normatização da escravidão em *O Asno de Ouro* não se refere apenas a uma relação de mando

e obediência, mas está vinculada às articulações de poder que se delineiam na vida cotidiana entre senhor e escravo, como pertencentes às estruturas da sociedade romana provincial do século II d.C.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalharmos com a temática da metáfora da escravidão em *O Asno de Ouro*, procuramos enfatizar alguns aspectos sociais, a saber: as relações de poder entre senhor e escravo, através das quais percebemos o escravo como um indivíduo que faz parte da sociedade, e, como afirmou Omena (2009) em seu livro intitulado *Pequenos poderes na Roma imperial*, os escravos constituem uma categoria social e, portanto, não devem ser subestimados.

Assim, esta visão estereotipada de que os escravos eram meros objetos, preguiçosos e inaptos é equivocada, não devemos pensar os escravos apenas como coadjuvantes de uma história de dominados e dominadores. Pelo contrário, compreendemos a partir das situações dos escravos visualizados nessa fonte, que os mesmos encontravam-se circunscritos em dinâmicas de relações de poder, nas quais eles atuavam e articulavam suas ações. Em suma, a partir do discurso apuleiano, compreendemos que o poder enquanto ação não seria apenas utilizado por alguns setores sociais, mas por todos os agentes, os quais exerciam e submetiam a este de acordo com a ocasião.

## 7 REFERÊNCIAS

- APULEIO, Lúcio. *O Asno de Ouro*. Trad. de Ruth Guimarães. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.
- ANDREAU, Jean, O liberto, In: GIARDINA, Andréa. *O homem romano*. Lisboa, Presença, 1992, pp. 149/165.
- ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de. Visões sobre escravos e animais no mundo romano presentes no romance “O asno de ouro” de Apuleio de Madaura: Aplicação do “estruturalismo genético” de L. Goldmann. *XII Encontro Regional de Historia ANPUH- RJ*, 2006, p. 1-9.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1999.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Trad. de Luiz Moura. Brasília: Ed. UnB, 1982.

- BRADLEY, K. R. *Slavery and Society at Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BRUNT, P. A. Trabalho e escravidão. In: Balsdon, J. P. V. D. (org). *O mundo romano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 169-181.
- CANDIDO, Maria Regina. Magia: um lugar de poder. *PHOÏNIX/UFRJ*. Rio de Janeiro, ano V, p. 255-261, 1999.
- ELIADE, Mircea. *Mito do Eterno Retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FIORIN, J. L. *Elementos da análise do discurso*. São Paulo: Contexto, Edusp, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FUNARI, P. A. Política e Riso em Pompéia: ensaio sobre a crítica social popular. In: \_\_\_\_\_; BENOIT, H. *Ética e política no mundo antigo*. São Paulo: Unicamp, 2001, P. 117-132.
- GAUDEMET, Jean. Esclavage et dépendance dans l'Antiquité. In: \_\_\_\_\_. *Droit et société aux derniers siècles de l'Empire Romain*. Nápoles: Jovene Editore , 1992, p. 237-274.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GUARINELLO, N. L. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.26, nº 52, 2006, p. 227-246.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: JOLY, Fabio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão: Um Estudo de cultura Política Romana*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de B. Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. de Jacyntho L. Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- HOPKINS, Keith. *Conquistadores y esclavos*. Barcelona: Península, 1981.
- JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão: Um Estudo de cultura Política Romana*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005.
- \_\_\_\_\_. Liberdade e escravidão na Roma Antiga. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J.; MARTINS, A. L. (orgs.). *História antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 129-142.
- MENDES, Norma Musgo; SILVA, Gilvan Ventura da (orgs.). *Repensando o Império Romano*. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MONS, Alain. *La metáfora social*. Imagen, territorio, comunicación. Buenos Aires: Nueva Visión, 1994.
- MOTTA, Sérgio Vicente. *O engenho da narrativa e sua árvore genealógica*. Das origens a Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. São Paulo: UNESP, 2006.
- NOGUEIRA, Carlos R. F. *Bruxaria e história: as práticas mágicas no ocidente cristão*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- OMENA, Luciane Munhoz de. A Festa e o Riso na narrativa apuleiana. *Revista fato&versões*, nº 1, v 1, 2009, p. 4-14.

\_\_\_\_\_. *Pequenos poderes na Roma imperial: os setores subalternos na ótica de Sêneca*. Vitória: Flor e Cultura, 2009.

\_\_\_\_\_. A magia como exercício de poder utilizada pelas mulheres fictícias nas metamorfoses de Lúcio Apuleio. *Caderno Espaço Feminino* v. 21, n. 1 Jan./Jul. 2009, p. 101.

PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1989.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma história rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. Trad. de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

THÉBERT, Yvon, O escravo. In: GIARDINA, Andrea. (org.). *O homem romano*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

VEYNE, Paul. *A Sociedade Romana*. Trad. de M. G. de Bragança. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. O Império Romano. In: VEYNE, Paul (org.). *História da Vida Privada I: do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.19-223.

WEBER, Max. Sociologia da Religião. In: \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília, DF: Ed UnB, 1991, p. 279-418.